

SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS: UMA ANÁLISE NAS EMPRESAS COMPONENTES DO IBRX100

GOVERNMENT GRANTS AND EARNINGS MANAGEMENT: AN ANALYSIS IN COMPANIES COMPONENTS OF THE IBRX100

O artigo foi aprovado e apresentado no I Congresso UFG Contabilidade, Controladoria e Finanças, realizado de 29/10 a 30/10 de 2020, na modalidade online

RESUMO

As subvenções governamentais apresentam-se como soluções importantes para organizações públicas e privadas, visto que se traduzem como um auxílio financeiro condicionado ao cumprimento de certas atividades que impactam diretamente nos resultados contábeis. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a possível relação entre as subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados de empresas componentes do Índice Brasil 100 (IBRX100) da [B]3. A amostra foi composta de 64 empresas, entre 2010 e 2018, totalizando 576 observações. O nível de gerenciamento de resultados (GR) foi estimado por meio dos resíduos do modelo de Pae (2005). A *proxy* de subvenção foi estimada por meio de uma *dummy*, em que se assumiu valor 1 para as empresas com subvenção, e 0, para as empresas que não apresentaram subvenção. Trabalharam-se as *proxies* *Market-to-book*, *Tamanho* e *Alavancagem* como variáveis de controle, estimadas por dados em painel balanceado. O estudo considerou que o nível de atendimento dos requisitos de divulgação do CPC 07 (R1) e a qualidade informacional das Notas Explicativas das empresas que receberam subvenção é relativamente baixo e destacou a possibilidade de o agente atuar de forma oportunista no âmbito contábil, gerenciando os resultados para atender às suas necessidades. As evidências empíricas, na amostra analisada, apontaram que a presença de subvenções não exerce uma relação significativa nos *accruals* discricionários, ou seja, não impulsiona práticas de gerenciamento de resultados. Contudo, o estudo fomenta a discussão sobre o tema, adaptando pressupostos da Teoria da Agência, e ressalta que baixos níveis de evidenciação das subvenções podem estar ligados a escolhas oportunistas.

Palavras-chave: Subvenções governamentais. Gerenciamento de resultados. Teoria da Agência.

ABSTRACT

Government Grants are presented as important solutions for organizations, both public and private, as they translate into financial assistance conditioned to the performance of certain activities, directly impacting the accounting results. This research aimed to analyze the possible relationship between government grants and earnings management of companies that are part of the Brazil 100 Index (IBRX100) of [B]3. The sample consisted of 64 companies, from 2010 to 2018, totaling 576 observations. The level of Results Management (GR) was estimated through the residuals of the Pae model (2005). The Subsidy proxy was estimated using a dummy, in which a value of 1 was assumed for companies with a subsidy presence and 0 for companies that did not present a subsidy. The Market-to-book, Size and Leverage proxies were used as control variables, estimated by data in a balanced panel. The study considered that the level of compliance with the disclosure requirements of CPC 07 (R1) and the informational quality of the Explanatory Notes of the companies that received a subsidy is relatively low, highlighting the possibility of the agent acting opportunistically in the accounting scope, managing the results to meet your needs. Empirical evidence in the analyzed sample indicates that the presence of grants does not have a significant relationship in discretionary accruals, that is, it does not boost earnings management practices. However, the study encourages discussion on the subject, adapting assumptions of the Agency Theory, and emphasizing that low levels of disclosure on grants may be linked to opportunistic choices.

Keywords: Government grants. Earnings management. Agency Theory.

João Antonio da Costa Neto

Mestre em Ciências Contábeis na linha de informações para o Setor Público pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-graduando em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (EaD) pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Especialista em Contabilidade Pública pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: joao_antonio_cn@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5713-1656>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5709492910472227>

Thales Spinelli Máximo Lins

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é Assistente em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Experiência na área de Administração e Contabilidade Pública. Email: thalesmaximo@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6293-6582>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9996154119413174>

Francisco José da Silva Júnior

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente é Assistente Administrativo pela Prefeitura Municipal de Sousa - PB, atuando no Escritório de Representação - Casa de Sousa. Email: fjsilvajunior@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7954-6089>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5922116608113672>

Renata Paes de Barros Câmara

Doutora em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mecânica de São Carlos - USP (2008), Mestre em Administração pelo Centro Universitário de Franca (2000). Possui ainda graduação em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1984), graduação em Ciências Contábeis - Instituição Moura Lacerda (1994) e Pós-graduação Latu Sensu em Controladoria Contábil. Atualmente é Pró Reitora Adjunta de Planejamento - Coordenadora de Planejamento da Universidade Federal da Paraíba. Professora Associada III e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - PPGCC/UFPB. Email: rpbcamara@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6953-9811>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8224638490191737>

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou analisar a possível relação existente entre as subvenções governamentais com a prática de gerenciamento de resultados. Partindo-se do pressuposto de que as subvenções têm uma importância financeira e econômica, porém não costumam ser totalmente divulgadas pelas empresas que as recebem, abre-se margem para afetar a qualidade da informação contábil, que pode estar associada a práticas de gerenciamento.

Num contexto histórico, as normas contábeis, instituídas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), principal normatizador contábil no mundo, passaram por um processo contínuo de atualização e convergência. No processo brasileiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é o principal produtor das normas contábeis no Brasil. Dentre as normas instituídas pelo IASB, foi criada a *Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance* (IAS 20), que, no Brasil, é descrita, primeiramente, pelo Pronunciamento Técnico CPC 07, que trata de subvenção e de assistência governamentais, emitido em 2008, mas modificado pelo CPC 07 (R1) em 2010, aprovado pela Deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 646/2010, com o objetivo de alinhar os padrões contábeis à norma internacional (IAS 20), que disciplina modalidades de transações realizadas entre o setor público e o privado.

O CPC 07 (R1) (2010) define a assistência governamental como a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico para uma entidade ou um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos. Já a subvenção é definida pelo CPC 07 (R1) (2010) como uma assistência governamental geralmente em forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

A subvenção e a assistência governamentais (SAGs) podem ser definidas como programas administrados e viabilizados pelos governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, que objetivam incrementar operações e viabilizar investimentos regionais com necessidade de desenvolvimento, bem como o fomento às atividades diversas de interesse público (Taveira, 2009). São compreendidas como incentivos concedidos e que encontram razão na disparidade social e econômica das regiões brasileiras bem como nos setores considerados estratégicos pelo governo, a fim de corrigir ou, ao menos, atenuar essas desigualdades para promover o desenvolvimento em setores específicos da economia (Matsumoto & Parreira, 2009).

Assim, as subvenções e as assistências governamentais mostram como o governo pode influenciar a rentabilidade de empresas de um setor, e isso, conseqüentemente, repercute nas questões sociais e econômicas, impulsionando a organização a pensar sempre em estratégias gerenciais para manter a empresa rentável (Miranda, Valdevino & Oliveira, 2020).

Nesse contexto, destaca-se o impacto das ações e das escolhas contábeis, pois a Contabilidade se configura como um instrumento que confere transparência e controle às ações executadas pelas instituições e, aliada às normas e às práticas internacionais, sintetiza o reflexo de um esforço mundial para aproximar e intensificar as relações e as trocas desses mercados globais (Campedelli, 2016).

A importância econômica das subvenções faz dela um potencial e necessário campo de pesquisa nas áreas de Administração e Contabilidade, porquanto os tributos impactam diretamente no resultado contábil e no patrimônio das empresas (Formigoni, 2008). Assim como em estudos realizados no Brasil, foi verificado que o recebimento de subvenções governamentais pode afetar a composição do capital das empresas (Gruber & Gimenes, 2009), o nível de rentabilidade (Loureiro, Gallon & De Luca, 2011) assim como baixos níveis de evidenciação e divulgação nos demonstrativos contábeis em relação ao recebimento de subvenções (Taveira, 2009; Benetti, Benetti, Braun, Oro & Utzig, 2014; Nascimento & Santos 2017; Pattussi, Bianchi, Vendruscolo & Engel, 2017).

É possível compreender que o recebimento de subvenções causa impactos financeiros na entidade e nos resultados de suas demonstrações contábeis. Por esse motivo, é importante analisar a qualidade dessa informação contábil, ou seja, se ela é uma representação fidedigna das informações financeiras e econômicas da empresa, ou se a subjetividade e a margem para escolhas contábeis, permitidas pelas normas, não refletem necessariamente a realidade, mas o atendimento dos mais variados interesses (Dechow & Dichev, 2002; Paulo, 2007; Dechow, Ge, & Schrand, 2010).

Nesse sentido, a pesquisa recorreu à Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), por estabelecer essa relação entre o principal, que delega as atividades, e os agentes, que executam as atividades em troca de remunerações. Assim, no contexto das subvenções, é possível dizer que o governo atua como o principal, que os agentes são as empresas subvencionadas, e que as remunerações são as subvenções governamentais para as respectivas empresas. Contudo, a Teoria da Agência destaca um problema dessa relação, que é a possibilidade de o agente atuar de acordo com os próprios interesses e manipular ou gerenciar os resultados para continuar atendendo às suas necessidades.

Dentro desse contexto, a literatura denomina como gerenciamento de resultados contábeis as escolhas oportunistas que são usadas para atender aos interesses da gestão (Dechow et al., 2010). E definido, mais especificamente, como uma manipulação formal das contas de resultado ou da atividade operacional por meio de escolhas discricionárias de práticas e estimativas contábeis com implicações no resultado financeiro e em acordo com os princípios e as normas contábeis (Matsumoto & Parreira, 2009).

Baseando-se na perspectiva de Bragança e Melillo (2017), as subvenções governamentais são fontes de financiamentos do governo que exercem influência regulatória sobre as entidades que podem reconhecer e evidenciar as subvenções de forma discricionária, o que pode proporcionar o gerenciamento de resultados.

Percebida a importância financeira e econômica das subvenções governamentais e de estudos sobre elas, visto que são benefícios concedidos pelo governo, que, em contrapartida, não apresentam níveis satisfatórios de divulgação, sugere-se uma possibilidade de afetar a qualidade da informação contábil, o que se pode induzir para uma possível relação com a prática de gerenciamento de resultados para atender a interesses da própria gestão. Assim, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação entre as subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados de empresas componentes do IBrX100?**

Para responder a esse questionamento, a pesquisa objetivou analisar a relação das subvenções governamentais no gerenciamento de resultados de empresas componentes do Índice Brasil 100 (IBrX100) da [B]³, que avalia o retorno de uma carteira composta pelas cem ações mais negociadas na [B]³, que é a amostra da pesquisa. O período de estudo tratou de informações de 2010 a 2018, visando a uma melhor representatividade, robustez dos dados e melhor qualidade da análise da relação das subvenções no gerenciamento de resultados.

Como destaque, a pesquisa viabiliza a discussão sobre as subvenções governamentais sob um novo enfoque, ou seja, sobre a possibilidade de atender a interesses particulares, utilizando uma metodologia que visa ao gerenciamento de resultados, visto que os estudos anteriores têm investigado, principalmente, questões de evidenciação das informações referentes às subvenções (Chagas, Araújo & Damascena, 2011; Rodrigues, Silva & Faustino, 2012; Benetti et al., 2014). Nesse ponto, as pesquisas já demonstraram que existem fragilidades na divulgação das demonstrações de informações referentes ao CPC 07 (R1), mas não exploraram a lacuna relacionada a escolhas oportunistas embutidas nesses baixos níveis de evidenciação.

Pelo contexto apresentado, o estudo se justifica pelo fato de as SAGs terem o propósito de estimular um setor econômico, pois interferem, de forma direta e indireta, no desenvolvimento de determinadas regiões e países e fomentam entidades a desempenharem ações que não seriam possíveis sem esse tipo de auxílio (Ernst & Young, 2010). Além disso, a SAG é um tema relevante dentro das organizações pela notabilidade dos valores que envolvem governo e empresas (Loureiro et al., 2011), o que se justifica pela relevância do tema acerca das subvenções, uma vez que se espera um melhor desempenho econômico-financeiro das organizações contempladas com esse benefício e a criação de valor da companhia (De Assis Carlos Filho; Wickboldt, 2019).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Subvenções e assistências governamentais (SAGs)

A Lei 11.638/07 e suas alterações promoveram mudanças que afetaram o ambiente contábil em várias perspectivas, seja em relação aos procedimentos empregados para reconhecer e mensurar os fatos contábeis, seja na forma como as demonstrações contábeis são divulgadas (Rodrigues, Silva & Faustino, 2012).

Parte dessas alterações ocorreram para implementar o processo de convergência das normas contábeis, com o objetivo de harmonizar a informação contábil e de torná-la uma linguagem única e inteligível, a fim de reduzir a assimetria informacional e os conflitos de agência entre usuários e aumentar a transparência, a qualidade e a comparabilidade das informações contábeis (Ponte et al., 2012).

Conforme o CPC 07 (R1) (2010), as SAGs podem ser concedidas pelos âmbitos municipal, estadual ou federal e só podem ser reconhecidas se a entidade tiver certeza razoável de que será capaz de cumprir todas as condições estabelecidas e com a segurança de que a subvenção será recebida. Esse pronunciamento define, de forma específica, o que são subvenção e assistência governamentais.

A assistência governamental é “a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico a uma entidade ou a um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos” (CPC, 2010, p. 2). Quanto às subvenções governamentais, são definidas como “uma assistência governamental geralmente em forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro” (CPC, 2010, p.3).

A subvenção governamental é um tipo de assistência governamental que só se difere na forma de contribuir, pois a subvenção geralmente tem natureza pecuniária, e a assistência governamental pode ser realizada através de outras ações de natureza não pecuniária. Como tem caráter monetário, a subvenção só é reconhecida no instante em que se tem a certeza de que será recebida e que a organização cumpra as condições estabelecidas para destinar a referida subvenção (Chagas, Araújo, & Damascena, 2011).

As subvenções constituem-se como a maior fonte de receita para muitas Entidades sem Fins Lucrativos e é por meio desse tipo de recurso que elas conseguem cumprir suas finalidades sociais. A destinação desses recursos é diversa, pois envolve desde o pagamento da folha de pessoal, a aquisição de material de consumo até a utilização em novos investimentos (Olak & Nascimento, 2009). Em linhas gerais, a subvenção governamental pode ser utilizada para diversas finalidades, como, por exemplo, promover o desenvolvimento econômico de determinadas regiões desfavorecidas, além de financiar e promover atividades de interesse público e estimular o desenvolvimento de algum setor da economia, dentre outras possibilidades condizentes com as estratégias econômicas e sociais do governo.

Além disso, empresas mais jovens e com mais oportunidades de crescer tendem a enfrentar dificuldades no desenvolvimento das atividades e, por isso, os governos podem lhes dar assistência para ajudar a superar as dificuldades e

melhorar a competitividade por meio de doações de terrenos, incentivos fiscais ou empréstimos com baixa taxa de juros e, até, subsídios em dinheiro (Girma, Görg & Strobl, 2007; Wu, 2017). Por outro lado, as subvenções também são necessárias em razão de falhas existentes no mercado, visto que, nem sempre, o mercado privado fornece financiamentos adequados para que as empresas atuem de forma a maximizar sua eficiência (Girma, Görg & Strobl 2007).

O problema é que muitas dessas empresas que recebem subvenções governamentais não as evidenciam da maneira preestabelecida pelo CPC 07 (R1) (2010). Segundo estudos anteriores (Taveira, 2009; Loureiro et al., 2011; Souza et al., 2018), a maior parte das empresas fizeram a divulgação de forma insatisfatória ou não divulgaram as informações relativas às SAGs. Também foi verificado que o nível de atendimento dos requisitos de divulgação do CPC 07 (R1) e da qualidade informacional das Notas Explicativas das empresas que receberam SAG é relativamente baixo.

Como as subvenções não são recebidas dos acionistas, elas não podem ser registradas diretamente no Patrimônio Líquido das empresas, por isso deve ser feita a transição pelo resultado e, depois, a retenção em conta apropriada no Patrimônio Líquido, como reserva própria, ou seja, Reserva de Incentivos Fiscais (CPC 07 R1, 2010).

Quanto aos incentivos fiscais, são benefícios que visam promover ações em prol da sociedade, que compreendem isenções, reduções de alíquotas, reduções de base de cálculo, alíquotas zero, créditos presumidos, remissões, anistias etc. (Formigoni, 2008). Conforme o CPC 07 (R1) (2010), alguns empreendimentos gozam de incentivos tributários de imposto sobre a renda em forma de isenção ou de redução do referido tributo, consoante os prazos e as condições estabelecidos em legislação específica. Esses incentivos atendem ao conceito de subvenção governamental.

Estudos anteriores (Rodrigues, Silva & Faustino, 2012; Scheren, Dalchiavon & Moura, 2018) já analisaram as subvenções e as assistências governamentais por meio das contas de “Reserva de incentivos fiscais”. Na pesquisa de Rodrigues, Silva e Faustino (2012), foi verificada a conformidade da evidenciação dos registros contábeis de subvenções provenientes de incentivos fiscais do IR e ICMS, de empresas do estado de Pernambuco, durante o período de 2007 a 2009. Os resultados evidenciaram que apenas 31% das demonstrações contábeis cumpriam as orientações do CPC 07.

No estudo de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018), a análise das subvenções e das reservas de incentivos fiscais demonstrou que a governança corporativa influencia o seu recebimento e que os setores de utilidade pública, consumo cíclico e consumo não cíclico são os que têm o maior número de empresas que receberam algum tipo de subvenção governamental, no período de 2010 a 2016. Na literatura, existe o pensamento de que a conta de reserva de incentivos fiscais pode ser classificada dentro dos conceitos de subvenção governamental (Scheren, Dalchiavon & Moura, 2018). Também é possível afirmar que as empresas não evidenciam o recebimento de subvenções e assistências governamentais em sua totalidade (Pattussi et al., 2017).

Os resultados de Pattussi et al. (2017) constataram que 69 empresas do setor de Utilidade Pública (UP) na BM&FBovespa, no período de 2013 a 2015, evidenciaram, em suas Notas Explicativas, o recebimento de subvenções e assistências governamentais, 59% divulgaram as informações de forma completa (quando a informação prevista se encontra presente e completa no Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas), e 41% que receberam subvenção e assistência governamental apresentaram informação incompleta.

Já no estudo de Benetti et al. (2014) verificou-se o nível de evidenciação das subvenções e assistências governamentais das empresas que integram os setores da BM&FBovespa, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 07 (2010). Seus resultados apontam que existe evidenciação de subvenções e assistências governamentais, predominantemente nos setores de Consumo Cíclico, Materiais Básicos e Utilidade Pública, entretanto nenhuma das empresas pesquisadas divulgou completamente todos os itens recomendados pelo CPC 07 (R1) (Benetti et al., 2014).

Em outra pesquisa, Souza, Parente e Farias (2018) analisaram, no período de 2008 a 2015, as formas de evidenciar as subvenções governamentais nas demonstrações contábeis das empresas beneficiadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Das empresas estudadas, 71,2% evidenciaram o recebimento de subvenções, e 28,8% não o fizeram, porém mencionaram o CPC 07. A pesquisa demonstrou, ainda, que 71,2% das empresas tiveram subvenções relacionadas a recebimentos de incentivos fiscais. Por fim, os autores observaram que as subvenções são relevantes na estrutura patrimonial das empresas.

2.2 Gerenciamento de resultados

Considerando que as subvenções governamentais são um benefício relevante para o patrimônio das entidades, a pesquisa buscou analisar um possível viés de escolha oportunista do gestor, no âmbito contábil, nesse tipo de contribuição. Para isso, utilizou os conceitos propostos pela Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976) e especificou como atendimento dos próprios interesses as escolhas contábeis, denominadas na literatura de gerenciamento de resultados (Dechow et al., 2010).

Nesse sentido, temos a Teoria da Agência, que analisa as relações entre os participantes de um sistema em que propriedade e controle são designados para pessoas distintas, o que pode resultar em conflitos de interesse entre os indivíduos (Favoretto et al., 2017). A Teoria da Agência apresenta a hipótese de que as pessoas - principal e agente - têm interesses diferentes e, por isso, irão agir de forma que seus próprios objetivos sejam maximizados (Jensen & Meckling, 1976). A hipótese levantada por essa teoria está intimamente relacionada a este estudo, visto que os resultados são gerenciados pelos administradores para que atinjam os próprios objetivos (Healy & Wahlen, 1999).

Nessa perspectiva, a pesquisa usou os preceitos da Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), que descrevem a relação entre o principal, que tem o controle, e o agente, que exerce as funções em troca de uma remuneração. Nesse

caso, as subvenções funcionariam como as remunerações oferecidas aos agentes (empresa subvencionada), que exerceriam funções em nome do principal, que é o governo. Contudo, o principal (governo) exige o cumprimento de determinadas condições específicas, que serão retribuídas conforme o esforço do agente (empresa subvencionada). Dentre os interesses prevalentes, podem existir escolhas contábeis oportunistas e gerenciamento de resultados, para que haja favorecimentos exclusivos e particulares.

Os gestores que detêm o poder de controlar os recursos e as informações geradas e sua evidenciação podem utilizar esse poder burocrático para direcionar sua gestão aos interesses que lhe forem convenientes (Marocco, 2009). Estudos anteriores já colocaram em debate essa relação entre as subvenções de governo para empresas privadas, questionando sua efetividade na outorga de incentivos fiscais para o desenvolvimento de projetos e problemas envolvidos nos riscos e nas incertezas contratuais, gerados pela falta de segurança do cumprimento real dos critérios em países menos desenvolvidos (Zee, Stotsky & Ley, 2002; Sullivan, 2002).

Quanto às motivações contratuais, um dos incentivos para a prática de gerenciamento de resultados advém justamente do contexto dos conflitos explicados pela Teoria da Agência inerentes à relação entre o principal e o agente, que expõem o comportamento oportunístico do gestor, pelo fato de dispor de informações privilegiadas se comparado com os *stakeholders*, que utilizam alguns artifícios para alcançar seus desejos individuais (Jensen & Meckling, 1976).

Assim, compreende-se que o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores usam julgamento em relatórios e na estruturação de operações para modificar as demonstrações financeiras, quando querem enganar alguns *stakeholders* sobre o desempenho econômico da empresa ou para influenciar resultados contratuais que dependem dos números contábeis reportados (Healy & Wahlen, 1999).

Nesse contexto, na literatura internacional, o gerenciamento de resultados é denominado de *earnings management*, embora também seja citado para suavizar resultados, *income smoothing* (Paulo, 2007) para a contabilização conservadora para reduzir lucros correntes em prol de lucros futuros, *taking a bath*, e maquiagem de demonstrações contábeis, *window dressing* (Favoretto et al., 2017).

Nessa mesma perspectiva, o gerenciamento de resultados contábeis pode ser entendido como um conjunto de práticas realizadas pelos gestores das firmas, através de escolhas contábeis ou das alterações nas atividades operacionais da empresa, com o objetivo de interferir, intencionalmente, na informação divulgada (Paulo, 2007). Isso implica a possibilidade de haver alterações de conceitos permitidos e escolhas oportunistas para atender a requisitos e recebimento de subvenções governamentais.

De modo geral, o gerenciamento de resultados contábeis pode ocorrer por meio da manipulação gerencial dos lucros e de estimativas e métodos contábeis ocasionados pelos *accruals* discricionários ou com a manipulação de ganhos, que é ocasionado por atividades operacionais (Sun, Lan & Liu, 2014).

Assim, uma das técnicas utilizadas para mensurar a qualidade da informação contábil e captar suas diferentes características é a verificação da qualidade dos *accruals*. Conforme a literatura, o gerenciamento de resultados é realizado por meio dos *accruals*, e a prática oportunística é representada pelos *accruals* discricionários, mensurados pela diferença entre os *accruals* totais e os *accruals* não discricionários, estes últimos provenientes dos lançamentos contábeis naturais do negócio (Jones, 1991).

Segundo Martinez (2008, p. 8), os *accruals* discricionários são uma *proxy* do gerenciamento de resultados contábeis. O autor acrescenta que o desafio de trabalhos nessa área é de estimar o valor dos *accruals* discricionários (AD), que podem ser positivos ou negativos e representam, respectivamente, a empresa que está gerenciando seus resultados para melhorá-los ou piorá-los. Colauto e Beuren (2006, p. 100) tratam os *accruals* como provisões ou estimativas que representam os elementos do resultado que, embora pelo regime de caixa já tenham sido efetivados, ainda não se atribuem dentro do período de apuração ou do regime de competência.

Diante do exposto, destaca-se a relevância das subvenções para as empresas que as recebem. Porém a constatação dos baixos níveis de divulgação e da má qualidade informacional das Notas Explicativas (Benetti et al., 2014; Pattussi et al., 2017; Souza et al., 2018) pode estar aliada aos possíveis interesses oportunistas dos gestores que controlam recursos e informações geradas e evidenciadas. Ou seja, a baixa evidenciação das informações expõe uma insegurança quanto ao cumprimento das normas e pode levar a questionamentos sobre a correta aplicação dos recursos advindos do Estado, mas gerenciados pelos gestores das empresas. Portanto, buscou-se analisar a relação das subvenções governamentais no gerenciamento de resultados de empresas componentes do IBrX100. Para isso, foi definida a seguinte hipótese:

H₁: O recebimento de subvenção governamental relaciona-se à prática de gerenciamento de resultados.

Este estudo utilizou os *accruals* discricionários de empresas, porque as manipulações decorrentes das escolhas contábeis acabam por resultar nos erros de estimação dos *accruals* e se tornam um instrumento de mensuração do gerenciamento de resultados contábeis (Jones, 1991; Pae, 2005; Paulo, 2007; Martinez, 2008).

3 METODOLOGIA

3.1 Seleção da amostra e coleta dos dados

A pesquisa abrange as empresas do Índice Brasil 100 (IBrX100), que avalia o retorno de uma carteira composta pelas cem ações mais negociadas - Brasil Bolsa Balcão - [B]³ em 2020. As informações necessárias das empresas foram

coletadas no banco de dados da *Thomson Reuters*® para o período de 2010 a 2018. O ano de 2010 foi o escolhido porque foi nesse ano em que houve o alinhamento das práticas contábeis no Brasil com padrões internacionais e tendo em vista que o Pronunciamento Técnico CPC 07 sofreu revisão nesse ano.

O IBRX100 é composto de ações de companhias listadas na [B]³ que atendem aos critérios de inclusão descritos no Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da [B]³. Não estão incluídos nesse universo *Brazilian Depositary Receipts* (BDRs) e ativos de companhias em recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou que sejam negociados em qualquer outra situação especial de listagem ([B]³, 2020).

A amostra da pesquisa foi composta de 64 empresas devido à indisponibilidade de dados em algumas empresas para calcular as variáveis componentes dos modelos econométricos. Portanto, as empresas que não conseguiram satisfazer a todas as necessidades para estimar os *accruals* discricionários, dentro do período proposto, foram retiradas da amostra, montando assim um painel balanceado. Além disso, empresas correspondentes ao setor financeiro foram desconsideradas devido a peculiaridades características desse setor, o que poderia enviesar a estimação dos parâmetros.

3.2 Estimação dos *accruals* discricionários

Para estimar o gerenciamento dos resultados, foram utilizados como *proxy*, neste estudo, os *accruals* discricionários encontrados através do modelo de Pae (2005). Para tal, foi preciso, inicialmente, estimar os *accruals* totais pelo modelo adotado por Martins (2016):

$$AT_{it} = (\text{Lucro}_{it} - \text{FCO}_{it}) / A_{it-1} \quad (1)$$

em que:

AT_{it} : os *accruals* total apurado para a empresa i no período t ;

Lucro_{it} : são os resultados antes de itens extraordinários e operações descontinuadas da empresa i no período t ;

FCO_{it} : o fluxo de caixa operacional da empresa i entre o período t ;

A_{it-1} : os ativos totais da empresa i no período $t-1$;

Encontrados os *accruals* totais das empresas, foi utilizado o modelo de Pae (2005) para estimar o gerenciamento de resultados representado pela equação a seguir, sendo que os *accruals* discricionários são os resíduos do modelo:

$$AT_{it} = \beta_0 (1/A_{it-1}) + \beta_1 \Delta R_{it} + \beta_2 \text{PPE}_{it} + \beta_3 \text{FCO}_{it} + \beta_4 \text{FCO}_{it-1} + \beta_5 AT_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

em que:

AT_{it} : os *accruals* total apurado para a empresa i no período t ;

A_{it-1} : os ativos totais da empresa i no período $t-1$;

ΔR_{it} : é a razão entre variação da receita da empresa i entre o período $t-1$ e t , dividido pelo valor do ativo total da empresa i no período $t-1$;

PPE_{it} : o imobilizado da empresa i entre o período t , dividido pelo ativo total da empresa i no período $t-1$;

FCO_{it} : o fluxo de caixa operacional da empresa i entre o período t , em razão do ativo total da empresa i no período $t-1$;

FCO_{it-1} : o fluxo de caixa operacional da empresa i entre o período $t-1$, em razão do ativo total da empresa i no período $t-2$;

AT_{it-1} : os *accruals* total da empresa i no período $t-1$;

β 's, parâmetros estimados;

ε_{it} : os resíduos do modelo;

Os *accruals* discricionários (AD_{it}) foram obtidos por meio da estimação dos resíduos do modelo de Pae (2005) na equação anterior (ε_{it}). Foram estimados separadamente como *proxy* de gerenciamento de resultados, definindo-se como a variável dependente do modelo principal desta pesquisa.

3.3 Estimação da variável de subvenção governamental

A subvenção governamental foi utilizada como variável de interesse desta pesquisa. Uma *dummy* (Subven) é que explica a presença ou a ausência de subvenção para determinada empresa em certo ano, em que:

1 foi atribuído quando se identificou a presença de subvenção governamental na empresa i no período t ; e

0 foi atribuído quando se identificou a ausência da subvenção governamental na empresa i no período t .

A subvenção governamental foi verificada por meio da análise de conteúdo das demonstrações financeiras padronizadas (DFP) das empresas que compuseram a amostra. Verificou-se se as empresas receberam subvenções e assistências governamentais, analisando a presença de afirmativas sobre o recebimento e de valores nas contas de Reserva de Incentivos Fiscais, assim como no estudo de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018).

3.4 Definição do modelo principal

Com o objetivo de verificar a possível relação entre as subvenções governamentais com o gerenciamento de resultados, formulou-se o modelo a seguir:

$$AD_{it} = \beta_0 + \beta_1 Subven_{it} + \beta_2 MTB_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

em que:

AD_{it} : é o *Accrual* discricionário da empresa i no tempo t , e os resíduos são estimados pelo modelo 2;

$Subven_{it}$: é a variável *dummy* da subvenção empresa i no tempo t ;

MTB_{it} : é o *market-to-book* da empresa i no período t , calculado pela razão entre o valor de mercado e o patrimônio líquido da empresa i no período t ;

END_{it} : o endividamento da empresa i no período t calculado pela razão entre o passivo oneroso e o patrimônio líquido da empresa i no período t ;

TAM_{it} : o tamanho da empresa calculado pelo logaritmo natural do patrimônio líquido da empresa i no período t ;

β 's: parâmetros estimados;

ε : termo de erro.

Assim, definiram-se os *accruals* discricionários como uma variável que, possivelmente, depende da utilização de subvenções governamentais pelas empresas, o que se configura como uma possível relação baseada na hipótese de que a utilização de subvenções pode ser determinante para a prática de gerenciamento de resultados.

Para compor o modelo, escolheram-se variáveis de controle baseadas em perspectivas teóricas. O endividamento (END) está relacionado às dívidas onerosas da empresa, que pode interferir na decisão dos gestores de manipularem as demonstrações contábeis (Morsfield & Tan, 2006). O tamanho (TAM) das empresas induz à possibilidade de maiores empresas gerenciarem menos seus resultados, por serem mais visadas pelo mercado, o que poderá facilitar a identificação de manipulações (Watts & Zimmermann, 1990; Furtado, Souza, & Sarlo Neto, 2016). O *Market-to-book* (MTB) induz a uma possível relação ambígua com a prática de gerenciamento de resultados, o que pode indicar que maior valor de mercado gera menores níveis de gerenciamento, assim como a perspectiva contrária (Chon & Chun, 2016; Cunha, 2016).

3.5 Procedimentos econométricos

Os dados utilizados na pesquisa foram trabalhados em painel balanceado, utilizando-se as principais técnicas de dados em painel por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para verificar o modelo mais adequado para o tratamento dos dados.

Utilizou-se o procedimento padrão de verificação pelo Teste de *Chow*, como forma de identificar a melhor adequação entre o efeito *pooled* e o efeito fixo; o Teste de *Hausman*, para identificar a melhor adequação entre o efeito aleatório e o efeito fixo; e o Teste de *Breuch and Pagan* para identificar a melhor adequação entre o efeito *pooled* e o aleatório. Posteriormente, aplicaram-se os testes de verificação de pressupostos. O Teste de *Breuch and Pagan* e o Teste de *Wald* foram utilizados para identificar a presença de heterocedasticidade. O Teste *VIF* possibilitou observar a multicolinearidade dos dados, e o Teste de *Jarque-Bera*, sua normalidade. Por fim, o Teste de *Wooldridge* foi útil para testar a autocorrelação dos dados.

Baseando-se no valor do desvio-padrão, para as variáveis que apresentaram valores acima de 2, foi realizado o processo de winsorização a 1%, para evitar possíveis influências de *outliers* e diminuir os efeitos da dispersão dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra do estudo foi composta de 64 empresas componentes da *IBrX100* que dispunham dos dados necessários para calcular as variáveis de interesse da pesquisa durante o período de 2010 a 2018. Assim, estimaram-se os *accruals* discricionários por meio do modelo de Pae (2005). Os resultados dos coeficientes foram estimados na regressão do modelo 2 e estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1. Resultados da estimação do modelo 2

Variáveis	Coefficientes	Testes	Resultados
$(1/A_{it})$	-134978,3	Teste de <i>Chow</i>	0,0000
ΔR_{it}	-0,1384**	Teste de <i>Hausman</i>	0,0962
PPE_{it}	-0,0202	Teste de <i>Breuch and Pagan</i>	1,0000
FCO_{it}	-0,6801***	Teste de <i>Jarque-Bera</i>	0,0000

FCO_{it-1}	0,5754***	<i>VIF</i>	2,22
AT_{it-1}	0,5317***	Teste de <i>Wooldrige</i>	0,0000
Constante	0,0012		
<i>Within</i>	0,2565	<i>Prob > Chi2</i>	0,0000
<i>Between</i>	0,9063	Nº de Empresas	64
<i>Overall</i>	0,4588	Observações	576

Legenda: *** significante a 1%; ** significante a 5%; e * significante a 10%.

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

Ao estimar o modelo de gerenciamento de resultados de Pae (2005) por dados em painel balanceado, constatou-se que os dados se adequariam melhor à estimação por efeitos aleatórios. Não foram encontrados problemas de multicolinearidade, anormalidade e autocorrelação dos dados, apenas problemas de heterocedasticidade, que foram posteriormente corrigidos por meio da estimação robusta dos parâmetros.

Com base nos parâmetros, constatou-se, no modelo de Pae (2005), que a variação das receitas (ΔR_{it}) exerceu relação negativa (-0,1384) e significativa com os *accruals* totais ao nível de 5%. O fluxo de caixa operacional (FCO_{it}) também exerceu uma relação negativa (-0,6801) e significativa ao nível de 1%, e o fluxo de caixa operacional do período anterior (FCO_{it-1}) exerceu uma relação positiva (0,5754) e significativa ao nível de 1%. Os poderes explicativos do modelo foram de 25,65%, entre 90,63%, e em geral, de 45,88%.

O estudo mostrou que a variação das receitas e o fluxo de caixa do período tendem a reduzir o valor dos *accruals* totais. Em contrapartida, os fluxos de caixa e os *accruals* totais, ambos do período anterior, tendem a aumentar o valor dos *accruals* do período corrente. Além disso, a imobilização do ativo não exerceu influência na variação dos *accruals* não discricionários para esta amostra. Tais resultados reforçam que o modelo de Pae (2005) tem sua aplicabilidade válida quanto ao poder explicativo das variáveis financeiras aos *accruals* totais. Esse é um bom modelo para estimar os resíduos discricionários e definir um possível parâmetro de valoração para a prática de gerenciamento de resultados, como também suposto por Martins (2016).

Notam-se a aplicabilidade e a significância do modelo, o que possibilita estimar os resíduos mais robustos. Assim, por meio dos resíduos da regressão estimada, foram definidos os níveis de gerenciamento de resultados baseados no valor do módulo dos erros da regressão (AD_{it}) aplicados no modelo 3.

Tabela 2. Dados sobre o recebimento de subvenções governamentais anualmente

Informações	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de emp.	25	26	24	28	29	31	31	32	32
Amostra	64	64	64	64	64	64	64	64	64
%	0,390	0,406	0,375	0,437	0,453	0,484	0,484	0,5	0,5
Empresas que apresentaram recebimento de subvenção governamental									
Cia Parana. de Energ.	Cia. Sid. Nacional	M. Dias Branco	Cent. Elétricas Br.	Telefônica Brasil					
Ambev	CCR	Alianca	CTEEP	Embraer					
Rumo	CEMIG	Cosan	Fleury	EDP					
Suzano	CPFL	Copasa	Vale	WEG					
Cia Hering	Light	Ultrapar	Petrobras	Duratex					
Hypera	Eletropar	Drogasil	Randon	SABESP					
Klabin	Renner	Natura	Sanepar	Engie					
TIM		Ecorodovias		Totvs					

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

Com base no que foi coletado na análise de conteúdo, a Tabela 2 expressa que os anos em que houve mais adesão das empresas ao recebimento de subvenções governamentais foram em 2017 e 2018, cada um com 32 empresas. Em 2012, apenas 24 empresas demonstraram receber subvenções. No geral, foram 38 as empresas que utilizaram subvenções, o que representa 59,38% das 64 companhias que compuseram a amostra.

Tabela 3. Estatística descritiva

Variáveis	Observações	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Accruals _{it}	576	-0,0170	-0,0206	0,0615	-0,1849	0,5116
MTB _{it}	576	2,5868	1,5572	3,2986	-12,9094	34,4125
END _{it}	576	1,4871	0,7475	6,7689	-34,7628	135,1634
TAM _{it}	576	23,3361	23,2676	1,3193	18,8435	27,5258

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

De acordo com a Tabela 3, seguem a composição quantitativa da amostra e as estatísticas descritivas das principais variáveis calculadas das empresas. Então, pode-se afirmar que, na média do período, os *accruals* discricionários foram de -0,0170, o que demonstra que a maioria das empresas gerenciou os lucros e os reduziu.

Na amostra, consta a presença de empresas insolventes, de acordo com os valores mínimos de *market-to-book* e endividamento. Isso pode indicar a presença de *outliers* devido ao alto desvio-padrão estimado. Para reduzir os efeitos desses *outliers* e a possível dispersão dos dados, foi utilizada a winsorização dessas variáveis.

Percebe-se que as empresas da amostra são de grande porte, de acordo com o valor mínimo dos ativos, e a média de 23,3361 dessa variável. Portanto, a amostra constituiu-se de 576 observações.

Tabela 4. Resultados da estimação do modelo 3

Variáveis	Coefficientes	Testes	Resultados
Subven _{it}	-0,0063	Teste de Chow	0,0000
MTB _{it}	-0,0015	Teste de Hausman	0,0216
END _{it}	0,0001	Teste de Wald	0,0000
TAM _{it}	-0,0287***	Teste de Jarque-Bera	0,0000
Constante	0,6603***	VIF	3,1
		Teste de Wooldrige	0,9568
Within	0,0344	Prob > Chi2	0,0000
Between	0,0002	Nº de Empresas	64
Overall	0,0016	Observações	512

Legenda: *** significante a 1%; ** significante a 5%; e * significante a 10%

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

A Tabela 4 demonstra que o modelo obteve sua melhor estimação por efeito fixo e não apresentou problemas de heterocedasticidade e multicolinearidade, assim como os dados se apresentaram normais. Só foram detectados problemas de autocorrelação, devidamente solucionada por meio da estimação da forma robusta dos parâmetros.

Estimados os dados por meio do modelo econométrico proposto no modelo 3, verificou-se que a variável *dummy* (Subven), relacionada à subvenção governamental, não apresentou significância estatística com o nível de gerenciamento de resultados. Isso quer dizer que a perspectiva criada por outros estudos que abordam os níveis insatisfatórios de divulgação de subvenções (Loureiro et al., 2011; Benetti et al., 2014; Nascimento & Santos 2017) não se confirmou neste estudo. Sendo assim, o recebimento de subvenções governamentais não se relacionou com a qualidade da informação, ou seja, com o gerenciamento de resultados, aqui tratado por meio dos *accruals* discricionários, portanto, rejeitando a hipótese de pesquisa.

Tal resultado implica a observância de que, apesar da evidência de subvenções governamentais e de a prática de gerenciamento de resultados ocorrer, em ambos os casos, de forma discricionária, com objetivos específicos dos gestores, baseando-se no confronto de interesses conforme a Teoria da Agência, para a amostra estudada, essas práticas não se associam, o que infere ressaltar que a discrição existe para ambas, mas uma pode não influenciar a execução da outra.

Em relação às variáveis de controle, constatou-se que o *market-to-book* e o endividamento também não apresentaram associação significativa com o nível de gerenciamento de resultados, ao se confrontar com as perspectivas de Nardi e Nakao (2009) e Chon e Chun, (2016) e Cunha (2016). Somente o tamanho apresentou uma relação significativa a 1% ao nível de gerenciamento de resultados, porém negativa (-0,0287), o que significa que empresas de grande porte estão associadas a menores índices de gerenciamento, justificado pela alta notoriedade que elas tendem a ter no mercado, o que possibilita mais fiscalizações por meio dos *stakeholders*. Dessa forma, essas empresas tendem a não gerenciar com mais intensidade seus resultados, o que confirma as perspectivas de Watts e Zimmermann (1990) e Furtado et al. (2016).

Apesar de os pressupostos da Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976) admitirem os possíveis conflitos de interesse nas relações de propriedade e de controle entre principal e agente, aqui tratados como governo e empresa subvencionada, respectivamente, quando da existência de remunerações, traduzidas no estudo como as subvenções e os incentivos fiscais, não foi possível confirmar a hipótese de pesquisa de que o recebimento de subvenções governamentais pode influenciar a prática de gerenciamento de resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já referido, o estudo objetivou analisar a relação das subvenções governamentais no gerenciamento de resultados de empresas componentes do IBrX100. Para isso, utilizou uma amostra com 64 empresas componentes do índice e listadas na [B]³, no período de 2010 a 2018, totalizando 576 observações.

Segundo análises de estudos anteriores (Loureiro et al., 2011; Benetti et al., 2014; Nascimento & Santos 2017), as empresas não evidenciam o recebimento de subvenções e assistências governamentais da forma mais completa, em vista dos itens obrigatórios e facultativos serem pouco divulgados. O nível de transparência das entidades ainda é baixo, considerando a relevância da divulgação das informações exigidas e sugeridas pelo referido Pronunciamento Técnico - CPC 07 (R1) (Pattussi et al., 2017).

Para mensurar o o gerenciamento de resultados, foram utilizados os *accruals* discricionários estimados pelo modelo de Pae (2005), com o fim de entender possíveis relações dos baixos níveis de evidenciação das subvenções nos demonstrativos das empresas, com a possibilidade de os gestores fazerem escolhas oportunistas no âmbito contábil. Para coletar os dados relacionados à subvenção governamental, foram feitas análises nas DFPs das empresas que recebiam subvenções e assistências governamentais ou que apresentaram valores nas contas de Reserva de Incentivos Fiscais, assim como no estudo de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018).

Ressalte-se, entretanto, que a hipótese da pesquisa foi rejeitada, visto que a variável *dummy* (Subven) não apresentou relação estatística significativa com o nível de gerenciamento de resultados. Contudo, o estudo buscou discutir sobre o tema, baseando-se na perspectiva de Bragança e Melillo (2017), que entendem que os gestores de empresas que recebem subvenção podem utilizar esse artifício para manipular as informações contábeis com o propósito de gerenciar o lucro.

Com esses resultados, ressalta-se que as empresas devem evidenciar completamente as demonstrações contábeis, caso contrário, haverá um descrédito por parte dos usuários em relação às demonstrações contábeis emitidas pelas companhias que gerenciam seus resultados contábeis ou não. A transparência das informações contábeis é um requisito essencial para que os usuários tenham a garantia de que estão referenciando suas decisões em relatórios confiáveis (Matsumoto & Parreira, 2009).

Esta pesquisa contribuiu para ampliar o estudo sobre o gerenciamento de resultados como forma de responder a tal questionamento, que consistiu na problemática atrelada aos baixos níveis de divulgação das subvenções governamentais. Conforme algumas adaptações baseadas nos pressupostos da Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), o governo (principal) exigiria o cumprimento de determinados requisitos, e a empresa subvencionada (agente) utilizaria o gerenciamento de resultados e escolhas contábeis oportunas para atender a esses requisitos, visando manter as subvenções (remunerações) e maximizar o próprio interesse. Dessa forma, viu-se que, para a amostra analisada, o recebimento de subvenções governamentais não impulsionou práticas de gerenciamento de resultados.

Como limitações do estudo, cita-se a adoção do modelo para estimar o nível de gerenciamento de resultados, que foi escolhido de maneira discricionária. Porém outras pesquisas poderão utilizar outros modelos de estimação. A coleta dos dados por meio da análise de conteúdo também pode ser um fator limitador, devido a uma possível discricionarieidade no processo. Assim, a amostra utilizada, que, apesar de se destacar como um índice composto pelas empresas de maior volatilidade do mercado acionário, também pode ser posteriormente expandida para todas as empresas de capital aberto do mercado de ações.

Por fim, recomenda-se, como estudos futuros, que se amplie a amostra e fomentem os conhecimentos e as discussões sobre a existência de possíveis relações entre as subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados, haja vista os baixos níveis de evidenciações relacionadas ao recebimento desse relevante benefício para as entidades.

REFERÊNCIAS

[B]³ (2020). Metodologia do Índice Brasil 100 (IBrX 100). Recuperado em 1º de setembro de 2020 de http://www.B3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-100-ibrx-100.htm.

Barros, E. L., Souza, C. D., & Dalfior, V. A. O. (2015). Aplicação do CPC 07 (R1) -Subvenção e assistência governamentais em empresas da administração pública indireta do estado de Minas Gerais. *Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/512241.pdf>

Benetti, K., Benetti, K., Utzig, M. J. S., Braun, M., & Oro, L. M. (2014). Evidenciação de subvenção e assistência governamentais das empresas na BM&FBOVESPA. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(1), 75-90. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4864960>

Bragança, C. G., & Melillo, P. H. (2017, November). Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo de caso sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. <https://>

anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4353/4353

Brasil. (1976). Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 14 de junho, 2020 de <<https://www.planalto.gov.br/>>.

Brasil. (2007). Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e à divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 14 de junho, 2020 de <<https://www.planalto.gov.br/>>.

Brasil. (2009). Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, institui regime tributário de transição e dá outras providências. Recuperado em 14 de junho, 2020 de <<https://www.planalto.gov.br/>>.

Campedelli, L. R. (2016). Aspectos tributários da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil: uma nova abordagem a partir da perspectiva do Direito e do desenvolvimento. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Direito. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

Chagas, M. J. R., Araujo, A. O., & Damascena, L. G. (2011). Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas Oscips: uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036*, 3(2), 100-115. <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/viewArticle/1185>

Chon, E., & Chun, S. (2016). Corporate social responsibility, real activities earnings management, and corporate governance: evidence from Korea. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 23(4), 400-431. <https://doi.org/10.1080/16081625.2015.1047005>

Colauto, R. D., & Beuren, I. M. (2006). Um estudo sobre a influência de accruals na correlação entre o lucro contábil e a variação do capital circulante líquido de empresas. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(2), 95-116. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000200006>

Comissão de Valores Mobiliários. (2010). Deliberação CVM nº 646, de 02 de dezembro de 2010. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de subvenção e assistência governamentais. Recuperado em 15 de junho de 2019 de <https://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0600/deli646.pdf>

Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC). (2010). *Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1)*. Subvenção e assistência governamentais. Recuperado em 03 de janeiro de 2020 de <https://www.cpc.org.br>

Cunha, E. P. (2016). *Gerenciamento de resultados mediante decisões operacionais e sustentabilidade corporativa no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. UFES. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6770>

De Assis Carlos Filho, F. A., & Wickboldt, L. A. (2019). Criação de valor: um estudo com foco na concessão de subvenção governamental. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 38(2).

Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation error. *The Accounting Review*, 77, 35-59. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>

Dechow, P. M., Ge, W., & Schrand, C. M. (2010). Understanding earnings quality: a review of proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>

Ernest & Young; Fipecafi. (2010). Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras. 2 ed. São Paulo: Atlas.

Favoretto, A. B., Corrêa, F. P., da Silva, F. L., & Grecco, M. C. P. (2017). O Gerenciamento de Resultados Contábeis e o Controle de Provisões. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)*, 4, 113-125. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2017v4i2p113-125>

Formigoni, H. (2008). *A influência dos incentivos fiscais sobre a estrutura de capital e a rentabilidade das companhias abertas brasileiras não financeiras*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-13012009-155610/en.php>

Furtado, L. L., Souza, J. A. S., & Sarlo Neto, A. (2016). Gerenciamento de resultados contábeis à luz das diferenças entre o lucro contábil e o tributário (book-tax differences): uma análise de dados em painel balanceado. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 8, 115-132. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/Ambiente/article/viewArticle/2596>

Girma, S., Görg, H., & Strobl, E. (2007). The effect of government grants on plant level productivity. *Economics Letters*, 94(3), 439-444. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2006.09.003>

Gruber, R. R., Gimenes, R. M. T., & Gimenes, F. M. P. (2009). As cooperativas agropecuárias frente à competitividade das sociedades anônimas: aspectos econômicos e jurídicos. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR-RECEU*, 10.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13, 365-383. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>

IFRS (2019). Quem somos. Recuperado em 19 de junho, 2019 de <www.ifrs.org>.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3, 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)

Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29, pp. 193-228. <https://doi.org/10.2307/2491047>

- Loureiro, D. Q., Gallon, A. V., & De Luca, M. M. M. (2011). Subvenções e assistências governamentais (SAG): evidência e rentabilidade das maiores empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5, 34-54. <https://doi.org/10.11606/rco.v5i13.34803>
- Marócco, A. P. (2009). A avaliação de implementação de política de ciência, tecnologia e inovação à luz da Teoria da Agência. *Jornal Eletrônico Faculdade Vianna Júnior*, 1(1), 37-37. <https://jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/611>
- Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19, pp. 7-17. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>
- Martins, V. G. (2016). Mispricing dos accruals ou fator de risco? Análise da influência do monitoramento externo no mercado brasileiro. Tese de Doutorado. Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21453>
- Matsumoto, A. S., & Parreira, E. M. (2009). Uma pesquisa sobre o gerenciamento de resultados contábeis: causas e consequências. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 10.
- Miranda, M. C.; Valdevino, R. Q. S.; Oliveira, A. M. (2020). Subvenção e assistência governamentais: um estudo nas empresas do subsetor de energia elétrica listadas na B3. *Revista Evidência Contábil & Finanças*, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 8, n. 3, p.37-53.
- Morsfield, S. G., & Tan, C. E. (2006). Do venture capitalists influence the decision to manage earnings in initial public offerings?. *The Accounting Review*, 81, 1119-1150. <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.1119>
- Nardi, P. C. C., & Nakao, S. H. (2009). Gerenciamento de resultados e a relação com o custo da dívida das empresas brasileiras abertas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20, 77-100. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000300006>
- Nascimento, L. M. B., Santos, L. M. S. (2017). Subvenção e assistência governamentais: um estudo nas empresas da construção civil listadas na BM&FBOVESPA. XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/view-File/22971/19560>
- Olak, P. A., & do Nascimento, D. T. (2010). *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)*. São Paulo: Atlas.
- Pae, J. (2005). Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 24, 5-22. <https://doi.org/10.1007/s11156-005-5324-7>
- Pattussi, P. S., Bianchi, M., Vendruscolo, M. I. & Engel, C. I. (2017). Subvenção e assistência governamentais: evidência das empresas do setor de utilidade pública listadas na BM&FBOVESPA. II Congresso de Contabilidade da UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168729>
- Paulo, E. (2007). Manipulação das informações: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-28012008-113439/en.php>
- Ponte, V. M. R.; Oliveira, M. C.; Cavalcante, D. S.; Luca, M. M. M. (2012). Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 53-69. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20128>
- Rodrigues, R. N., Silva, G. C., & Faustino, O. C. (2012). Subvenção e assistência governamental sob a ótica do CPC 07: reconhecimento contábil após a lei 11.638/2007 nas entidades privadas no estado de Pernambuco. *Registro Contábil*, 2, 46-64. <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/registrocontabil/article/view/507>
- Scheren, G., Dalchiavon, A., & Moura, G. D. (2018). Influência da governança corporativa para o recebimento de subvenções e assistências governamentais em companhias abertas. *Revista de Governança Corporativa, São Paulo*, 5(1). https://www.researchgate.net/profile/Geovanne-Moura/publication/330503396_INFLUÊNCIA_DA_GOVERNANCA_CORPORATIVA_PARA_O_RECEBIMENTO_DE_SUBVENCOES_E_ASSISTÊNCIAS_GOVERNAMENTAIS_EM_COMPANHIAS_ABERTAS/links/5ea5aa26a6fdccd-794557fad/INFLUENCIA-DA-GOVERNANCA-CORPORATIVA-PARA-O-RECEBIMENTO-DE-SUBVENCOES-E-ASSISTENCIAS-GOVERNAMENTAIS-EM-COMPANHIAS-ABERTAS.pdf
- Souza, J. L., Parente, P. H. N., Farias, I. F., & Forte, H. C. (2018). Subvenção e assistência governamental em empresas brasileiras com fomento à inovação da FINEP. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(51), 108-122. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n51.2565>
- Sullivan, D. M. (2002). Local governments as risk takers and risk reducers: An examination of business subsidies and subsidy controls. *Economic Development Quarterly*, 16(2), 115-126. <https://doi.org/10.1177%2F0891242402016002002>
- Sun, J., Lan, G., & Liu, G. (2014). Independent audit committee characteristics and real earnings management. *Managerial Auditing Journal*, 29(2), 153-172. <https://doi.org/10.1108/MAJ-05-2013-0865>
- Taveira, J. H. P. S. (2009). Conformidade do disclosure das subvenções governamentais nas empresas de capital aberto. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Rio de Janeiro, Brasil. <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp135775.pdf>
- Zee, H. H.; Stotsky, J. G.; Ley, E. (2002) Tax Incentives for Business Investment: a primer for Policymakers in Developing Countries. *World Development*, v. 30, n. 9, p. 1497-1516. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(02\)00050-5](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(02)00050-5)
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting review*, 131-156. <https://www.jstor.org/stable/247880?seq=1>
- Wu, Aihua. (2007) The signal effect of Government R&D Subsidies in China: Does ownership matter?. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 117, p. 339- 345. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.08.033>